

Relatório da Administração

2024



cielo

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Demonstrações Contábeis da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Cielo” ou “Companhia”) e de suas controladas (denominadas em conjunto “Consolidado” ou “Grupo Cielo”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), aqui denominadas em conjunto como “COSIF”.

As Demonstrações Contábeis contemplaram os saldos das contas da Cielo, das controladas diretas e indiretas: Cateno, Servinet, Aliança, Paggo, Stelo e Cielo USA; e dos Fundos: Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos (FICs). A apresentação gerencial denominada “Cielo Brasil” representa os resultados das empresas Cielo, Stelo, Aliança, Servinet e FIDCs estruturados pela Companhia.

Para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis, os ativos e passivos da controlada no exterior, originalmente denominados em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período, enquanto os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido da Cielo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Cielo foram eliminadas integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Os valores estão apresentados em milhões de reais, exceto onde indicado de outra forma.

Conforme facultado na Instrução Normativa BCB nº 236/22, a Cielo optou por manter a apresentação do Comentário de Desempenho baseado nas Demonstrações Contábeis preparadas em COSIF de maneira consistente com as divulgações dos exercícios anteriores.

O ano de 2024 foi desafiador e marcante na história da Cielo, em que mostramos mais uma vez a nossa força e capacidade de adaptação frente a um mercado dinâmico como o de meios de pagamento.

Nesse ano, a Companhia manteve um ciclo importante de investimentos focados na criação de novas capacidades e geração de valor por meio do seu programa de transformação, o #PraCimaCielo. Esses investimentos continuam a direcionar os resultados da Cielo, agregando qualidade e eficiência aos serviços prestados. Além de reverter a tendência do volume capturado de cartões (TPV), que passou novamente a apresentar crescimento a partir do segundo trimestre de 2024, observamos ganhos de eficiência operacional, como, por exemplo, na redução de custos da Cielo Brasil e no resultado financeiro, que foi impulsionado por iniciativas de otimização das operações de ARV e ações estratégicas de gestão de passivos. Esse resultado reflete as iniciativas de melhoria nos processos de negócios que sustentam nossos produtos e serviços.

Ao longo de 2024, demos passos importantes no nosso objetivo de posicionar a Cielo como *best in class* em qualidade de serviços prestados. Destaque para a adoção cada vez maior de inteligência analítica para antecipar necessidades dos nossos clientes, como, por exemplo, na troca de baterias ou terminais com o uso de modelos preditivos; a maior agilidade organizacional, que pode ser observada nas áreas de Produtos e Tecnologia, com redução do tempo de lançamento de novas soluções ("*time-to-market*"); e os avanços em produtos e serviços, como na simplificação do processo de *onboarding* da nossa solução *tap on phone* ("Cielo Tap") e na implementação do Recebimento Automático em D+1, que garante aos empreendedores o acesso mais rápido aos recursos gerados pelas vendas.

Essas melhorias refletem diretamente na experiência do nosso cliente, um tema chave para a Companhia, e seu resultado pode ser observado no *Net Promoter Score* (NPS), que atingiu o maior nível da história da Cielo ao final de 2024. Adicionalmente, fomos destaque na categoria "Meios de pagamento eletrônicos" na premiação do Reclame Aqui, considerada uma das mais importantes premiações de atendimento e reputação do Brasil.

O compromisso contínuo com nossa equipe também continua sendo reconhecido pelo mercado. A *Great Place to Work* ("GPTW"), concedeu à Cielo o selo de melhores empresas para se trabalhar no *Ranking* Mulheres, endossando o comprometimento com uma cultura inclusiva. Nesse ponto, cabe o destaque para a participação feminina na alta administração da Companhia, com mulheres representando 50% da composição de sua Diretoria Executiva e 33% de seu Conselho de Administração.

Agradecemos o empenho e liderança de todos os colaboradores. Seguimos o compromisso com a excelência, inovação e geração de valor. Estamos confiantes

de que 2025 trará ainda mais conquistas para a Cielo e para todos que fazem parte de nossa história.

Por fim, em 2024 foi lançada a Oferta Pública de Aquisição (OPA) pelos acionistas controladores da Companhia. Sua conclusão resultou na saída do Novo Mercado e na deslistagem da Cielo, com alteração do seu registro de emissor na CVM da Categoria “A” para “B”. Esse movimento permite maior alinhamento às necessidades e desafios do mercado de pagamentos e a oferta de um portfólio de soluções ainda mais amplo a nossos clientes.

VOLUME FINANCEIRO DAS TRANSAÇÕES

Em 2024 o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$ 837,5 bilhões, um aumento de 2,6% ou R\$ 21,3 bilhões em comparação a 2023.

Na Cateno o volume financeiro de transações totalizou R\$ 427,9 bilhões em 2024, um aumento de 3,1% ou R\$ 13,0 bilhões em comparação a 2023.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida totalizou R\$ 10.295,2 milhões em 2024, representando uma redução de 2,9% ou R\$ 305,9 milhões em relação a 2023.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados consolidado totalizou R\$ 5.888,3 milhões em 2024, representando um aumento de R\$ 278,9 milhões, ou 5,0% em comparação a 2023.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais totalizaram R\$ 2.401,4 milhões em 2024, apresentando um aumento de R\$ 912,8 milhões, ou 61,3% quando comparadas com os R\$ 1.488,6 milhões em 2023.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$ 306,5 milhões positivos em 2024, representando uma melhora de R\$ 459,5 milhões quando comparado com os R\$ 153,0 milhões negativos em 2023.

RECURSOS HUMANOS

A Estratégia da Gestão de Recursos Humanos tem o objetivo de impulsionar a jornada do nosso time, gerando orgulho de pertencer e valor sustentável ao negócio, garantindo a geração de valor para os acionistas, para o nosso time e demais pessoas envolvidas na operação da Companhia. Essa geração de valor se dá por meio do alinhamento dos interesses dos *stakeholders*, da busca pela sustentabilidade do negócio e por meio da ótima gestão do capital humano envolvido na operação da Companhia.

Acompanhamos as transformações focadas no presente, com o olhar para o futuro, impulsionando a mudança de dentro para fora pelo nosso jeito de ser e fazer, engajando as pessoas colaboradoras e oferecendo aos nossos clientes internos e externos um serviço de excelência. Fazemos isso por meio da nossa Cultura e do nosso propósito de simplificar e impulsionar negócios para todas as pessoas, de modo que impacte positivamente a vida de cada pessoa colaboradora da Cielo. Isso ocorre por meio das nossas cinco competências: Empatia Assertiva, Ambição Transformadora, Senso de Dono, Colaboração e Senso de Urgência.

A Cielo se importa e investe em iniciativas que promovem a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas que formam o Time Cielo. Por isso, por meio do Programa “De Bem com a Vida” viabilizamos diversas iniciativas para promover uma gestão de saúde integrada, um ambiente saudável e emocionalmente seguro. O De Bem com a Vida é organizado em três pilares, sendo eles: Saúde em Equilíbrio, Sempre em Movimento e Facilidades para Você. A partir dessa organização temos iniciativas voltadas para a Saúde, Nutrição, Gestação e Parentalidade, Atividade Física, Lazer, Cultura, Parcerias e Eventos. Faz gestão também de uma Comunidade de Saúde Mental e um grupo de afinidade em Saúde Mental, para o fortalecimento e promoção da nossa cultura em Saúde e Segurança Emocional. O programa é reconhecido pelos colaboradores, com favorabilidade de 82,2% na pesquisa interna de Experiência do Colaborador sobre equilíbrio de vida e bem-estar.

Muito mais do que políticas e práticas, construímos todos os dias um ambiente onde cada pessoa se sinta valorizada, respeitada e capacitada. Somos um time que cuida e acolhe todas as pessoas.

No final de dezembro de 2024, o Grupo Cielo contava com 6.672 pessoas colaboradoras e 201 estagiários.

As ações da Cielo com foco na promoção do desenvolvimento sustentável são norteadas pela Política de Sustentabilidade, a qual orienta a Companhia para a implementação de uma agenda de práticas ambientais, sociais e de governança (ASG em português e ESG – *Environmental, Social and Governance* em inglês, sigla comumente utilizada).

A implementação dessa agenda tem como propósito compatibilizar o sucesso do negócio a longo prazo e a construção de uma sociedade justa, o desenvolvimento econômico e a conservação do meio ambiente, por meio da geração de valor compartilhado.

Para estruturar o atingimento desses compromissos, a Cielo estabeleceu um Planejamento Estratégico de Sustentabilidade, aprovado pela Diretoria Executiva e em linha com a Estratégia da Companhia, que estabelece 8 objetivos estratégicos de sustentabilidade distribuídos em 4 pilares, sendo eles:

- Estratégia e Engajamento ESG;
- Gestão de Riscos e Oportunidades ESG;
- Diversidade, Equidade, Inclusão e Impacto Social; e
- Ecoeficiência e Mudanças Climáticas.

Os objetivos estratégicos de sustentabilidade se desdobram em ações ligadas a diferentes frentes da Companhia, sejam com impactos que gerem mudanças nas operações, sejam em oportunidades de geração de valor compartilhado pelo modelo de negócio, ou ainda em sua atuação social para transformação do contexto em que o negócio opera.

A execução do planejamento é acompanhada pela Vice-Presidência Executiva de Gente, Gestão e Performance, com reporte à Diretoria Executiva, e apoiada por Fóruns de Assessoramento. Além disso, sua evolução é acompanhada periodicamente pelo Comitê de Sustentabilidade, que reporta o seu progresso ao Conselho de Administração.

Cabe destacar a Estratégia de Diversidade, Equidade e Inclusão, estruturada visando incorporar a prática e promoção do tema na representatividade e na cultura da Companhia, em linha com os atributos culturais necessários para alavancar o negócio. Assim, foram estabelecidos seis compromissos que contemplam aspectos ligados à identidade de gênero, raça e etnia, deficiência e LGBTQIAPN+.

A Companhia conta com quatro Grupos de Afinidade - espaços seguros para discutir sobre Diversidade e Inclusão e gerar iniciativas de transformação, sendo eles:

(i) “Somos Todos Um”, voltado à inclusão de pessoas com deficiências; (ii) “Blue To Black”, voltado às pautas étnico-raciais; (iii) “Prisma”, voltado à inclusão da comunidade LGBTQIAPN+; e (iv) o “Além do Gênero”, voltado à equidade de gênero.

No primeiro trimestre de 2022, a Cielo anunciou metas de representatividade que objetivavam tornar o quadro de colaboradores mais diverso e representativo. As metas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e até 2025, o número de mulheres no quadro geral deverá representar 45% do total, enquanto 42% dos cargos de liderança deverão ser ocupados por mulheres. Além disso, os profissionais negros e indígenas deverão corresponder a 35% do efetivo, ao passo que 22% dos cargos das lideranças deverão ser ocupados por profissionais negros e indígenas.

A Cielo possui uma Estratégia Climática, que orienta as ações quanto à governança climática, gestão de riscos e oportunidades, contabilização de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), metas e engajamento com a cadeia de valor. Cabe destacar que nossa taxonomia para a gestão de riscos climáticos está alinhada com as recomendações da *Task Force on Climate related Financial Disclosures* (TCFD), iniciativa que busca a elaboração e implementação de recomendações para a divulgação e análise de riscos e oportunidades relacionadas às questões climáticas.

Ainda, os aspectos e impactos ambientais de nossas operações são avaliados e monitorados pelo nosso Sistema de Gestão Ambiental (SGA), certificado pela norma ISO 14001. As emissões residuais de GEE de escopo 1 e 2 são compensadas por meio de créditos de carbono de projetos que evitam a emissão de gases de efeito estufa a partir de ações voltadas para a conservação florestal e/ou eficiência energética.

Anualmente, a Cielo publica o seu Relatório Integrado, instrumento pelo qual apresenta informações sobre a performance e os impactos de seu modelo de negócio, estruturando as informações financeiras em sinergia com os aspectos ambientais, sociais e de governança. A publicação oferece uma ampla visão estratégica da Cielo, seu modelo de negócio e geração de valor e está disponível em <https://www.cielo.com.br/sustentabilidade/central-de-downloads/>.

DESTAQUES ESG

Cielo impulsiona o Empreendedorismo Social



A Cielo uniu forças com o projeto ASMARA, da ONG Gerando Falcões, para promover a inclusão financeira e o empoderamento feminino em diversas favelas no Brasil.

Saiba mais em: <https://blog.cielo.com.br/institucional/projeto-asmara/>

3ª edição do Programa Impulsiona Cielo tem foco na Amazônia, em preparação para a COP 30



Voltado para mulheres de Belém e região, a iniciativa visa fomentar e desenvolver a economia com a capacitação de empreendedoras e trabalhadoras do comércio. Saiba mais em <https://blog.cielo.com.br/institucional/impulsiona-cielo-amazonia>

A governança corporativa é um valor para a Cielo, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para uma performance sustentável. Para tanto, a Cielo adota, de maneira voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, evidenciando o comprometimento da Cielo e de seus administradores com o melhor interesse de seus acionistas.

A maximização de sua eficiência e a criação de valor de longo prazo traduz-se por meio de diversas iniciativas adotadas pela Companhia ao longo dos anos, as quais definem os princípios básicos que deverão nortear as relações e atividades na Cielo. Importante destacar que, desde 2013, a Cielo instituiu sua Política TPR, que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Companhia envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvessem potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Companhia, sempre consoante às melhores práticas de governança corporativa e de acordo com a legislação e regulamentação em vigor.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Cielo, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, deverá ser composto por no mínimo 07 (sete) e no máximo 12 (doze) membros, os quais não exercem função executiva na Cielo, sendo 01 (um) membro considerado independente. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Cielo, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar a sua gestão. Atualmente, a Diretoria Executiva da Cielo é composta por, no mínimo 02 (dois) e, no máximo, 11 (onze) membros e exerce a administração geral da Cielo, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Cielo às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 06 (seis) Comitês de Assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Riscos; e a Diretoria Executiva possui 08 (oito) fóruns de assessoramento: Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de *Environmental, Social and Governance* ("ESG"), Fórum de Investimento Social e Cultural, Fórum de Diversidade, Fórum de Produtos, Fórum Gestor de Segurança da Informação e Prevenção à Fraude e Fórum de Privacidade e Proteção de Dados.

O Conselho Fiscal da Cielo está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) membros suplentes.

AGRADECIMENTOS

Motivados pelo que conquistamos nos períodos anteriores, mantemo-nos cientes dos desafios e oportunidades que se apresentam no mercado de pagamentos e empenhados no propósito de construir uma empresa cada vez melhor.

Agradecemos toda a dedicação do nosso time e a confiança de nossos clientes, acionistas e parceiros.

Informamos que, para o exercício de 2024, o Grupo Cielo contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da Cielo na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que os auditores independentes foram contratados para prestar serviços não relacionados à auditoria externa até 31 de dezembro de 2024, que consiste: (i) na asseguuração limitada sobre as informações Ambientais, Sociais e de Governança apresentadas no Relatório Anual Integrado de 2023; e (ii) na asseguuração limitada da Emissões de Gases de Efeito Estufa de 2023. A contratação atende ao requisito de governança corporativa da Companhia, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações contábeis, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante desses serviços, em conjunto, totaliza R\$ 77,3 mil e representa cerca de 3,9% do total dos honorários de auditoria das demonstrações contábeis do Grupo Cielo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Informações adicionais sobre honorários de auditoria são disponibilizadas no Formulário de Referência.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024
e relatório dos auditores independentes
sobre as Demonstrações Contábeis
(*IFRS*)

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis	2
Balanços patrimoniais.....	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações do valor adicionado.....	13
1 Contexto operacional.....	14
2 Informações materiais da política contábil	17
3 Demonstrações Contábeis Consolidadas.....	25
4 Caixa e equivalentes de caixa	25
5 Instrumentos financeiros	26
6 Fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDCs")	27
7 Contas a receber operacionais	29
8 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos.....	29
9 Imobilizado	31
10 Bens de direito de uso e arrendamentos a pagar	32
11 Intangível	33
12 Contas a pagar a clientes.....	34
13 Empréstimos e financiamentos	34
14 Outras obrigações.....	36
15 Riscos tributários, cíveis e trabalhistas.....	36
16 Patrimônio líquido.....	38
17 Lucro líquido por ação	41
18 Receita líquida.....	42
19 Gastos por natureza	43
20 Compromissos	44
21 Benefícios a empregados.....	44
22 Participação de colaboradores e administradores no resultado	45
23 Remuneração de Administradores e Conselho Fiscal.....	45
24 Incentivo de longo prazo	45
25 Resultado financeiro	46
26 Gestão de riscos.....	46
27 Transações e saldos com partes relacionadas.....	51
28 Informações por segmento de negócio	54
29 Itens que não afetam o caixa.....	55
30 Cobertura de seguros.....	55
31 Aprovação das Demonstrações Contábeis.....	55



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Cielo S.A. – Instituição de Pagamento
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e apresentação das Contas a receber de emissores, das Contas a pagar a estabelecimentos e da Receita operacional bruta mediante a captura, o processamento e a liquidação das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito

Veja as Notas nº 2.6, 7, 12 e 18 das demonstrações contábeis consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia efetua a captura, o processamento e a liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito, que são a base para o reconhecimento das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações contábeis consolidadas, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais e saldos a receber de emissores. Em função da alta complexidade inerente ao processo de captura, processamento e liquidação das transações, que pode impactar os valores registrados nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles chave relacionados à captura, ao processamento e à liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito.</p> <p>Para as Contas a receber de emissores, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro e liquidação das transações.</p> <p>Para as Contas a pagar a estabelecimentos, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes, por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro e liquidação das transações, assim como testes de liquidação subsequente para os saldos em aberto na data-base.</p> <p>Para as contas de receita operacional bruta efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes, por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro, liquidação das transações e devido reconhecimento da receita, assim como recálculos globais das receitas com comissões e das receitas com antecipações de recebíveis.</p> <p>Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis consolidadas descritas nas notas explicativas nº 2.6, 7, 12 e 18.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis os saldos apresentados nas linhas de Contas a receber de emissores, das Contas a pagar a estabelecimentos e da Receita operacional bruta e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida (Controlada - Cateno Gestão de Pagamentos S.A.)

Veja a Nota Explicativa nº 11 das demonstrações contábeis consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito na nota explicativa nº 11, os valores de ativos intangíveis com vida útil definida (Direito de Exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard), classificados nas demonstrações contábeis consolidadas em conta específica, cuja realização está suportada por meio do "Fluxo de Caixa Descontado" baseado no plano de negócios preparado pela Administração. Devido à relevância do saldo e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor do ativo intangível registrado nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.	<p>Com o suporte técnico dos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados nos últimos estudos anuais de avaliação do valor recuperável, utilizado pela administração, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa e estimativas de rentabilidade, bem como a razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos nestes estudos. O estudo vigente para essa avaliação é o que foi realizado no segundo semestre de 2024. Adicionalmente, comparamos a projeção de lucro apresentada pela administração nestas últimas avaliações anuais efetuadas com o desempenho econômico e financeiro da Controlada no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p> <p>Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis consolidadas descritas na nota explicativa nº 11.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a mensuração dos ativos intangíveis de vida útil definida e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Provisão para créditos incobráveis

Veja as Notas nº 7 e 26 das demonstrações contábeis consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e nº 26, os principais riscos de crédito aos quais a Companhia está exposta são: (i) os valores a receber de emissores, (ii) o risco dos subcredenciadores não realizarem a liquidação dos valores para os estabelecimentos comerciais, (iii) os valores de <i>chargeback</i> , estorno ou cancelamento quando já houve a realização da liquidação dos recebíveis ou aquisição dos recebíveis dos estabelecimentos comerciais em vendas diferidas e (iv) o não pagamento do aluguel dos terminais de captura utilizados pelos estabelecimentos comerciais. Para endereçamento desses riscos, além da análise de crédito e avaliação da necessidade de apresentação de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores, efetuadas através de monitoramento contínuo das contrapartes, a	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles internos considerados relevantes e relacionados com a análise de risco de crédito dos emissores, subcredenciadores e estabelecimentos comerciais, assim como da elaboração e aprovação da metodologia de provisão para créditos incobráveis.</p> <p>Efetuamos, por amostragem, testes relacionados à atribuição do rating para os emissores de acordo com a norma interna vigente e à análise de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores.</p> <p>Avaliamos os dados, tais como data de vencimento, dias em atraso e atribuição de <i>rating</i>, utilizados no cálculo da provisão e, com base na metodologia de mensuração da provisão para perdas esperadas sobre contas a receber, recalculamos os saldos contábeis provisionados nas</p>

<p>Companhia, conforme nota explicativa nº 7, constitui provisão para créditos incobráveis. Esta provisão é determinada por meio de metodologia que consiste na atribuição de <i>ratings</i> e percentuais de provisão, conforme faixa de atraso das operações.</p> <p>Devido à relevância do saldo no contexto das demonstrações contábeis consolidadas e o grau de julgamento considerado nas estimativas utilizadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>demonstrações contábeis consolidadas.</p> <p>Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas notas explicativas nº 7 e 26, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a provisão para créditos incobráveis e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.</p>
---	---

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

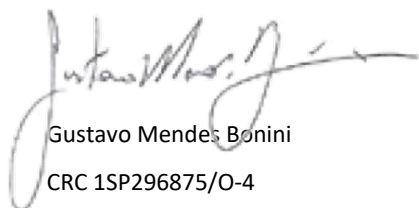
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Gustavo Mendes Bonini

CRC 1SP296875/O-4

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.361.042	1.254.164	Passivos financeiros		90.781.236	82.957.153
Ativos financeiros		98.937.847	94.501.575	Contas a pagar a clientes	12	81.842.095	75.480.752
Contas a receber operacionais	7	97.780.427	93.509.519	Contas a pagar com partes relacionadas	27	496.125	464.250
Contas a receber de partes relacionadas	27	1.038.744	921.146	Empréstimos e financiamentos	13	3.105.827	4.732.526
Outros valores a receber	7	118.676	70.910	Fornecedores		136.228	199.317
Despesas pagas antecipadamente		266.238	168.808	Obrigações com cotas senior FIDC	6	5.195.065	2.073.915
Impostos antecipados e a recuperar		1190.166	828.577	Arrendamentos a pagar	10	5.896	6.393
Total do ativo circulante		101.755.293	96.753.124	Outras obrigações	14	904.285	767.648
				Impostos e contribuições a pagar	8	257.427	235.953
				Dividendos a pagar		3.820.000	154.100
				Total do passivo circulante		95.762.948	84.114.854
Não circulante				Não circulante			
Ativos financeiros		292.186	267.538	Passivos financeiros		4.585.972	8.290.995
Instrumentos financeiros	5	172.274	180.164	Empréstimos e financiamentos	13	4.498.339	2.998.405
Outros valores a receber	7	30.610	16.633	Obrigações com cotas sênior FIDC	6	-	5.201.973
Depósitos judiciais	15	89.302	70.741	Obrigações com cotas de fundos de investimento		70.127	70.110
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.210.174	1.113.737	Arrendamentos a pagar	10	17.506	20.507
Imobilizado	9	873.026	816.739	Outras obrigações	14	14.470	65.270
Bens de direito de uso	10	18.894	21.719	Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	315.031	326.229
Intangível	11	8.498.020	8.809.343	Total do passivo não circulante		4.915.473	8.682.494
Total do ativo não circulante		10.892.300	11.029.076				
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16	5.700.000	5.700.000
				Reserva de capital	16	10.646	62.205
				Ações em tesouraria	16	(30)	(94.989)
				Outros resultados abrangentes	16	499.716	497.389
				Reservas de lucros	16	3.039.521	6.116.754
				Atribuído a:			
				Participação de acionistas controladores		9.249.853	12.281.359
				Acionistas não controladores		2.719.319	2.703.493
				Total do patrimônio líquido		11.969.172	14.984.852
Total do ativo		112.647.593	107.782.200	Total do passivo e patrimônio líquido		112.647.593	107.782.200

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Exercícios	
		31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	18	10.295.249	10.601.105
Custo dos serviços prestados	19	(5.888.284)	(5.609.449)
Lucro bruto		4.406.965	4.991.656
Receitas (despesas) operacionais			
Pessoal	19	(1.517.401)	(1.226.272)
Gerais e administrativas	19	(441.927)	(358.627)
Vendas e marketing	19	(192.022)	(140.242)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(248.663)	238.948
Lucro operacional		2.006.952	3.505.463
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	25	224.256	331.978
Despesas financeiras	25	(1.301.758)	(2.025.002)
Rendimento de cotas FIDCs e Antecipação de Recebíveis	25	1.403.696	1.566.704
Variação cambial, líquida	25	(20.437)	(28.333)
		305.757	(154.653)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		2.312.709	3.350.810
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	8	(638.050)	(647.313)
Diferidos	8	95.328	(235.031)
Lucro líquido do exercício		1.769.987	2.468.466
Atribuído a:			
Acionistas controladores		1.439.262	2.087.137
Acionistas não controladores		330.725	381.329
Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico	17	0,52837	0,77525
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído	17	0,52837	0,77008

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas dos resultados abrangentes Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais)

	Exercícios	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	1.769.987	2.468.466
Itens que podem ser reclassificados para o resultado		
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior:		
Variação cambial sobre investimentos no exterior	903	(314)
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	(1.370)	-
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado		
Benefício pós-emprego	2.382	1.688
Movimentações do exercício	1.915	1.374
Resultado abrangente total	1.771.902	2.469.840
Atribuído a:		
Acionistas controladores	1.441.589	2.088.511
Acionistas não controladores	330.313	381.329

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Outros Resultados abrangentes	Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Legal	Orçamento de capital	Retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.700.000	74.520	(113.605)	1.140.000	3.653.904	-	496.015	10.950.834	2.865.938	13.816.772
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(30.842)	-	-	-	-	(30.842)	-	(30.842)
Ações restritas outorgadas	-	37.143	-	-	-	-	-	37.143	-	37.143
Transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações	-	(49.458)	49.458	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.087.137	-	2.087.137	381.329	2.468.466
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:										
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	(179.388)	-	(179.388)	-	(179.388)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-	-	(584.899)	-	(584.899)	-	(584.899)
Reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	1.322.850	(1.322.850)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:										
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	(314)	(314)	-	(314)
Benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	1.688	1.688	-	1.688
Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(543.774)	(543.774)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.700.000	62.205	(94.989)	1.140.000	4.976.754	-	497.389	12.281.359	2.703.493	14.984.852
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.700.000	62.205	(94.989)	1.140.000	4.976.754	-	497.389	12.281.359	2.703.493	14.984.852
Ações restritas outorgadas	24	-	43.400	-	-	-	-	43.400	-	43.400
Transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações	24	-	(94.959)	94.959	-	-	-	-	-	-
Cancelamento de ações	-	-	-	-	(286.495)	-	-	(286.495)	-	(286.495)
Juros sobre o capital próprio pagos	16.g)	-	-	-	(410.000)	-	-	(410.000)	-	(410.000)
Dividendos provisionados:										
Dividendos intermediários	16.g)	-	-	-	(3.388.349)	-	-	(3.388.349)	-	(3.388.349)
Dividendos mínimos obrigatórios	16.g)	-	-	-	(431.651)	-	-	(431.651)	-	(431.651)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.439.262	-	1.439.262	330.725	1.769.987
Reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	1.439.262	(1.439.262)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:										
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	903	903	-	903
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	(958)	(958)	(412)	(1.370)
Benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	2.382	2.382	-	2.382
Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(314.487)	(314.487)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.700.000	10.646	(30)	1.140.000	1.899.521	-	499.716	9.249.853	2.719.319	11.969.172

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.312.709	3.350.810
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	9, 10 e 11	889.509	919.194
Baixas e provisões/(reversões) para perdas de imobilizado e intangível	9, 10 e 11	61.266	16.876
Ações restritas outorgadas	24	43.400	37.143
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	19	184.736	164.725
Provisão líquida para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		68.628	(318.941)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13	480.622	913.328
Amortização de custos de emissão de dívidas	13	1.092	1.551
Despesa financeira sobre arrendamento	10	1.427	1.488
Aumento/(redução) nos ativos operacionais:			
Contas a receber operacionais		(4.455.644)	(666.260)
Contas a receber com partes relacionadas		(117.598)	(94.796)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(96.437)	235.173
Impostos antecipados e a recuperar		(361.589)	(220.482)
Depósitos judiciais		(18.561)	(3.679)
Outros valores a receber		(61.743)	(19.664)
Despesas pagas antecipadamente		(97.430)	(75.316)
Instrumentos financeiros		7.890	106.554
(Redução)/aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(63.089)	67.765
Impostos e contribuições a pagar		19.828	(991.565)
Contas a pagar a clientes		6.361.343	(2.355.169)
Contas a pagar com partes relacionadas		31.875	41.654
Dividendos a pagar		341.558	943.644
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	15.a)	(79.826)	(77.081)
Arrendamentos a pagar		2.277	(1.915)
Outras obrigações		(226.718)	(496.925)
Caixa gerado nas atividades operacionais		5.229.525	1.478.112
Imposto de renda e contribuição social pagos		(541.076)	(518.805)
Caixa gerado nas atividades operacionais		4.688.449	959.307
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisições de bens de direito de uso	10	(1.349)	(941)
Aquisições de imobilizado de uso	9	(431.209)	(234.133)
Aquisições de intangível	11	(260.356)	(270.790)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(692.914)	(505.864)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Captação de empréstimos	13	22.166.002	11.840.000
Pagamento de principal de empréstimos	13	(22.288.558)	(10.599.681)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	13	(2.518)	-
Juros pagos	13	(483.405)	(1.067.338)
Aumento de participação de terceiros no FIDC		678.143	1.102.535
Amortização de cotas de terceiros no FIDC		(2.758.966)	(1.125.222)
Aquisição/cancelamento de ações em tesouraria		(286.495)	(30.842)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(905.658)	(1.193.121)
Arrendamentos pagos	10	(7.202)	(8.476)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento		(3.888.657)	(1.082.145)
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		106.878	(628.702)
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo final	4	1.361.042	1.254.164
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa no exterior		9.772	(4.725)
Saldo inicial	4	1.254.164	1.882.866
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		106.878	(628.702)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receitas			
Vendas de serviços	18	11.613.024	12.013.125
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	19	(184.736)	(164.725)
		11.428.288	11.848.400
Insumos adquiridos de terceiros			
Gastos com serviços prestados		(4.729.493)	(4.500.683)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(656.010)	(515.626)
Outros gastos, líquidos		(3.851)	407.114
(Perda) recuperação na realização de ativos	19	(60.075)	(3.440)
		(5.449.429)	(4.612.635)
Valor adicionado bruto		5.978.859	7.235.765
Depreciações e amortizações	9, 10 e 11	(889.509)	(919.194)
Valor adicionado líquido produzido		5.089.350	6.316.571
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras, incluindo antecipação de recebíveis e variação cambial líquida		1.607.516	1.870.349
Valor adicionado total a distribuir		6.696.866	8.186.920
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração Direta		(1.011.412)	(767.186)
Benefícios		(268.952)	(209.151)
FCTS		(71.853)	(56.504)
Participação de colaboradores e administradores no resultado	22	(233.742)	(225.759)
Impostos, taxas e contribuições		(2.041.595)	(2.439.293)
Federais		(1.846.678)	(2.204.860)
Estaduais		(97)	(56)
Municipais		(194.820)	(234.377)
Remuneração de capitais de terceiros		(1.299.325)	(2.020.561)
Aluguéis		(11.995)	(8.847)
Juros		(1.243.384)	(1.944.708)
Outras		(43.946)	(67.006)
Remuneração de capitais próprios		(1.769.987)	(2.468.466)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(288.119)	(954.121)
Dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício		(33.880)	(207.539)
Retenção de lucros		(1.117.263)	(925.477)
Acionistas não controladores		(330.725)	(381.329)
Valor adicionado distribuído		(6.696.866)	(8.186.920)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. - Instituição de Pagamento ("Companhia", "Grupo Cielo" ou "Cielo") foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais, assim como a emissão e gestão de contas de pagamentos.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla "CIEL3" até 26 de agosto de 2024, quando a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) deferiu a conversão do registro de companhia aberta da categoria "A" para a categoria "B", e junto com as suas subsidiárias integram os grupos Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") e Banco Bradesco S.A. ("Bradesco").

As Controladas Diretas e Indiretas da Companhia e Controladas em conjunto ("*joint venture*"), que junto à Cielo também são designadas como "Grupo Cielo" ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de aquisição, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.

Eventos significativos do exercício:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, destacam-se os seguintes eventos:

- Em 05 de fevereiro de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento de juros sobre o capital próprio adicionais no montante de R\$ 410.000, que foram pagos em 30 de abril de 2024.
- Em 05 de fevereiro de 2024, foi comunicada a decisão dos controladores em proceder à conversão do registro de Companhia aberta da Cielo de categoria "A" para "B", com a sua consequente saída do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), por meio do lançamento de uma oferta pública unificada de aquisição de até a totalidade das ações ordinárias de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Companhia ("OPA"). Os termos estão previstos no instrumento da OPA ("Edital") protocolado e divulgado nos termos da legislação aplicável. O preço ofertado inicialmente por cada ação objeto da oferta foi de R\$ 5,35.
- Em 06 de fevereiro de 2024, foi comunicado pelos acionistas controladores o pedido de registro da OPA perante a CVM e a B3 S.A. ("Pedido de Registro"). O

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Pedido de Registro foi instruído com o laudo de avaliação da Companhia, elaborado, por empresa avaliadora independente contratada pelos ofertantes.

- Em 21 de fevereiro de 2024, a Companhia comunicou que recebeu os pedidos formulados para convocação de Assembleia Especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação para determinação do valor das ações ordinárias de emissão da Companhia.
- Em 23 de fevereiro de 2024, a Companhia comunicou que em decorrência dos pedidos de convocação de Assembleia Especial, o processo de registro da Oferta perante à CVM foi suspenso desde o dia 21 de fevereiro de 2024.
- Em 29 de fevereiro de 2024, a Companhia comunicou que o Conselho de Administração da Companhia reuniu-se nesta presente data e deliberou convocar a Assembleia Especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação para determinação do valor justo das ações de emissão da Companhia para fins da Oferta.
- Em 20 de março de 2024, foi deliberado pela Assembleia Geral de Cotistas a liquidação antecipada do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissor I (FIDC Emissor I). As cotas sêniores foram liquidadas em 18 de março de 2024, na data de vencimento e as cotas subordinadas foram liquidadas em 20 de março de 2024.
- Em 02 de abril de 2024, a Companhia comunicou que recebeu os termos e condições estabelecidos na Carta Minoritários, que os Acionistas Minoritários se comprometeram a apoiar a Oferta, sob a condição, dentre outras, de que os Ofertantes se comprometam a elevar o preço por ação da Oferta para R\$ 5,60.
- Em 23 de abril de 2024, foi deliberada em Assembleia Especial de Acionistas a rejeição da realização de nova avaliação das ações de emissão da Companhia para fins da possível oferta pública de aquisição de ações visando à conversão de registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" e à saída do Novo Mercado, cujo processo de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários tem seu curso então retomado. Dessa forma, resta verificada uma das condições suspensivas da obrigação assumida pelos Ofertantes de elevar o preço da OPA caso ela venha a ser efetivamente lançada, tendo sido tal obrigação condicionada, ainda, a que sejam integralmente cumpridas as obrigações assumidas pelo grupo de acionistas minoritários que se comprometeu a apoiar a possível OPA.
- Em 05 de julho de 2024, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") deferiu o registro da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do seu registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" e saída do Novo Mercado ("OPA"), lançada pelos seus acionistas controladores diretos. A Companhia foi comunicada pelas Ofertantes e pela Instituição Intermediária que a OPA seria lançada no prazo

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

regulamentar, conforme previsto no artigo 14 da Resolução CVM nº 85/2022.

- Em 10 de julho de 2024, a Companhia recebeu dos Ofertantes as cópias do Edital e do Laudo de Avaliação da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do seu registro de companhia aberta da categoria “A” para “B” e saída do Novo Mercado (“OPA”), cujo leilão foi realizado em 14 de agosto de 2024. A OPA teve por objeto 902.247.285 ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço à vista de R\$ 5,60 (valor expresso em reais) por ação, sujeito aos ajustes de preço previstos no Edital. Para fins informativos, na presente data, o preço por ação ajustado nos termos do Edital, incluindo o ajuste do CDI ali detalhado, é de R\$ 5,76 (valor expresso em reais).
- Em 18 de julho de 2024, os membros independentes do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, parecer com manifestação favorável à aceitação da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do registro de companhia aberta da categoria “A” para “B” e saída do Novo Mercado.
- Em 14 de agosto de 2024, foi realizado o leilão da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do seu registro de companhia aberta da categoria “A” para “B” e saída do segmento Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Como resultado, as Ofertantes adquiriram 736.857.044 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 27,1% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 5,82 (valor expresso em reais) totalizando o valor de R\$ 4.288.508. A liquidação do leilão ocorreu em 16 de agosto de 2024.
- Em 16 de agosto de 2024, a Companhia recebeu o comunicado da Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda., BB Elo Cartões Participações S.A., Elo Participações Ltda., Alelo Instituição de Pagamento S.A. e Lívolo S.A., que em conjunto, passaram a ser titulares de 2.583.914.571 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a 95,1% do seu capital social, como resultado de aquisições de ações realizadas em cumprimento à obrigação de estender a possibilidade de venda aos acionistas remanescentes que não alienaram ações de sua titularidade no âmbito do leilão da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia lançada pelas Ofertantes durante o 2º semestre seguinte à data de sua realização.
- Em 26 de agosto de 2024, a Comissão de Valores Mobiliários deferiu a conversão do registro de companhia aberta da Cielo da categoria “A” para categoria “B”, assim, as ações de emissão da Cielo deixaram de ser negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão nesta data, sendo certo, contudo, que os acionistas remanescentes poderiam alienar suas ações mediante pedido apresentado ao escriturador das ações de emissão da Companhia. Foram adotadas as medidas necessárias para convocar oportunamente uma Assembleia Geral Extraordinária a fim de deliberar sobre o resgate compulsório

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

da totalidade das ações de emissão da Companhia em circulação remanescentes.

- Em 23 de setembro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária e Assembleia Geral de Acionistas da Companhia o resgate compulsório e cancelamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia remanescentes em circulação. Em 26 de setembro de 2024, foi realizado o resgate compulsório de 48.640.941 ações, de modo que o valor final pago aos titulares das ações objeto do resgate compulsório foi de R\$ 5,89 (valor expresso em reais) por ação, totalizando o montante de R\$ 286.495.
- Em 19 de dezembro de 2024, os serviços de solução de pagamento pessoa a pessoa (P2P) disponibilizados no WhatsApp no Brasil, oferecidos em parceria com a Cielo, foram descontinuados pela Meta Platforms Inc.
- Em 23 de dezembro de 2024, após aprovação pelo Conselho de Administração, ocorreu a 7ª emissão de debêntures simples no montante de R\$ 4.500.000, com vencimento em 17 de dezembro de 2027 e juros remuneratórios baseados no CDI + 0,54%, com pagamentos semestrais.

2 Informações materiais da política contábil

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 26 de fevereiro de 2025.

2.2 Base de elaboração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A Administração determinou que a moeda funcional da Cielo USA Inc é o dólar norte-americano ("Cielo USA"). O fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

americanos para aquisição do controle da Merchant e-Solutions, Inc ("MerchantE"), empresa vendida em abril de 2022.

Para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas, os ativos e passivos da controlada Cielo USA (localizada nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida "*pro rata temporis*", considerando os seus prazos de vencimento.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo valor justo. O caixa e equivalentes de caixa e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.6 Ativos e passivos financeiros

a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (ii) custo amortizado; e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são por padrão mensurados ao custo amortizado, exceto: (i) contratos de garantia financeira, (ii) compromissos de ceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado, (iii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado, quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descasamento contábil ou se o grupo do passivo ser gerenciado ao valor justo.

2.7 Contas a receber operacionais e contas a pagar a clientes

a) Contas a receber operacionais

Contas a receber de emissores

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio.

b) Contas a pagar a clientes

São relativas às obrigações de pagar aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Companhia e incluem os valores transacionados com utilização de cartões (débito/crédito) para compra de produtos e/ou serviços.

Valores a liquidar para clientes referentes a transações processadas

São representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas.

2.8 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e das perdas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.9 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada, o valor residual e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos atribuídos ao desenvolvimento de um ativo intangível em fase de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Os gastos com o desenvolvimento são contabilizados no intangível, porém quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Anualmente, e se houver evidência de perda, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos tiveram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor do que seu o valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.10 Combinação de negócios

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

2.11 Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado por seu custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste por redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste por redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor contábil.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

2.12 Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social na Companhia está baseada no lucro tributável do exercício. O Imposto de Renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (anualmente). A Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos em sua totalidade são reconhecidos sobre as diferenças entre os ativos e passivos para fins fiscais e correspondentes a valores apresentados nas Demonstrações Contábeis. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das Demonstrações Contábeis e aplicáveis quando o respectivo Imposto de Renda e Contribuição Social forem realizados. O prazo de recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisado semestralmente, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

2.13 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

Refere-se a valores de plano de previdência complementar de contribuição definida do qual a Companhia é copatrocinadora. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Benefício pós-emprego

Representa valores que a Companhia possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica.

2.14 Provisões para contingências

Reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita e existe a probabilidade com base nas análises do valor potencial de perda, considerando o estágio atual do processo para saída de recursos e o valor da obrigação puder ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada exercício, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

2.15 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Sociais e estatutárias", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às Demonstrações Contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas Demonstrações Contábeis, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

2.16 Operações de arrendamento

Para os contratos de arrendamento com prazo superior a um ano, a Companhia reconhece: (i) um passivo de arrendamento que corresponde à soma das contraprestações do contrato à valor presente e (ii) o respectivo ativo de direito de uso. Os valores do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso são remensurados quando ocorrem mudanças e/ou reajustes nos contratos, sendo que o ativo de direito de uso é avaliado, no mínimo anualmente (e/ou quando houver evidência), quanto a sua recuperabilidade.

Os contratos de arrendamento são reconhecidos a partir das premissas a seguir:

Mensuração do passivo de arrendamento

Mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de financiamento incremental da Companhia.

Prazo de arrendamento

A Companhia reconhece os contratos de arrendamento considerando prazo original e desde que o contrato não seja considerado de curto prazo e/ou baixo valor.

Taxa de juros incremental de financiamento

Para calcular o valor justo dos contratos, a Companhia considera a taxa de juros necessária para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia, utilizando como base as taxas praticadas nas captações de recursos mais recentes no momento de reconhecimento do contrato de arrendamento.

Depreciação/amortização do ativo de direito de uso

A vida útil dos ativos de direito de uso é definida como o prazo total de vigência do contrato, sendo reconhecida sua depreciação/amortização de maneira sistemática e linear ao decorrer de sua vida útil.

Encargos financeiros

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do contrato.

2.17 Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas requer a adoção de

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

estimativas por parte da Administração da Companhia e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no exercício demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação), Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas no mínimo semestralmente.

2.18 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Alterações à IFRS 18 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

A Companhia espera que a adoção listada acima tenha um impacto relevante sobre as Demonstrações Contábeis em períodos futuros, no que tange a apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício. O Grupo Cielo deverá classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, em categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. O Grupo Cielo também deverá apresentar o subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido da Companhia não mudará.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa também passará por alteração na sua apresentação e deverá usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo Cielo está em processo de avaliação do impacto do novo padrão de apresentação, com relação à estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e das divulgações adicionais exigidas para medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs).

Alterações às IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros. A Companhia está aderente às alterações e não espera que as alterações tenham impacto relevante sobre as Demonstrações Contábeis em períodos futuros.

Na data de autorização das Demonstrações Contábeis, o Grupo Cielo não apresenta transações a alteração emitida e revisada a seguir:

CPC 02/IAS 21 - Ausência de conversibilidade.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

3 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem as informações da Companhia, de suas Controladas e dos fundos de investimento. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as informações contábeis das Controladas são ajustadas para adequar as suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Para as Controladas e fundos de investimento (FIDCs e FICs) foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em Controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação de acionistas não controladores.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo Cielo era composto pelas seguintes empresas:

Empresas	Participação no capital social (%)	
	31/12/2024	31/12/2023
Participação em Controladas e fundos:		
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99	99,99
BB Coral Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa LP Crédito Privado ("Coral")	100,00	100,00
Bradesco Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Pegasus ("Pegasus")	90,99	86,24
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus")	94,34	94,18
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores I ("FIDC Emissor I")	-	11,62
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores II ("FIDC Emissor II")	12,74	10,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC")	100,00	100,00
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99
Stelo S.A. ("Stelo")	100,00	100,00

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa – em moeda nacional	1.356.466	1.222.725
Caixa e equivalentes de caixa – em moeda estrangeira	4.576	31.439
Total	1.361.042	1.254.164

Os saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa possuem rentabilidade por meio de aplicações automáticas, compromissadas e *time deposit* contratadas nos bancos de movimento, com liquidez diária e baixa probabilidade de mudanças significativas de valor.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

5 Instrumentos financeiros

a. Ativos mensurados pelo custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos são compostos por:

Faixa de vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
	Total		Total	
	Valor justo	Valor de custo	Valor justo	Valor de custo
Acima de 365				
Títulos privados	172.274	168.450	180.164	180.164
Letras Financeiras – LF	172.274	168.450	180.164	180.164
Total	172.274	168.450	180.164	180.164

b. Passivos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo Cielo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. O Grupo Cielo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	Critério de mensuração	Valor Justo	
		31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
Contas a receber operacionais	Custo amortizado	97.780.427	93.509.519
Instrumentos financeiros			
Instrumentos financeiros	Custo amortizado	172.274	180.164
Outros valores a receber	Custo amortizado	149.286	87.543
Total de ativos financeiros		98.101.987	93.777.226
Passivos			
Contas a pagar a clientes	Custo amortizado	81.842.095	75.480.752
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	7.604.166	7.733.980
Fornecedores	Custo amortizado	136.228	199.317
Obrigações com cotas FIDC e de fundos de investimento	Custo amortizado	5.265.192	7.345.998
Outras obrigações	Custo amortizado	918.755	832.918
Arrendamento a pagar	Custo amortizado	23.402	26.900
Total de passivos financeiros		95.789.838	91.619.865

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

A Companhia aplica a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 13 - Mensuração ao valor justo. Os ativos e passivos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da hierarquia.

As metodologias utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Para as operações compromissadas lastreadas em debêntures, o valor justo é calculado pela cotação atual disponibilizada em mercados organizados de bolsa. Para aplicações em CDB e fundos de investimento, o valor justo é apurado a partir das taxas de juros atualizadas do DI disponibilizadas no mercado por meio de órgãos oficiais (como B3 e BACEN), e a partir dos valores atualizados das cotas divulgados no site da CVM, respectivamente.
- **Empréstimos e financiamentos:** Para os empréstimos e financiamentos, o valor justo foi calculado pelos pagamentos previstos de principal e juros até o vencimento, com as taxas de mercado.
- **Contas a pagar e recebíveis:** Contas a receber operacionais, Contas a pagar a clientes, Outros valores a receber, Fornecedores e Outras obrigações estão apresentados pelos valores das liquidações previstas nas datas de vencimento.
- **Fundos de investimento em direitos creditórios:** O valor da cota do fundo é um indicador adequado ao valor justo.

6 Fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”)

Todos os FIDCs têm por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais.

Fundos

Fundo	Início das atividades	Condomínio (a)	Prazo	Rendimentos (b)	Índice mínimo de subordinação	Situação
FIDC NP	05/08/2016	Aberto e exclusivo	Indeterminado	-	-	Ativo
FIDC Plus	28/07/2017	Fechado e restrito	Indeterminado	Semestral	20,0%	Ativo
FIDC Emissor I (c)	16/03/2021	Fechado e restrito	Indeterminado	Semestral	10,0%	Encerrado
FIDC Emissor II	13/05/2021	Fechado e restrito	Indeterminado	Semestral	9,1%	Ativo

(a) Restrito a investidores profissionais.

(b) Frequência do pagamento dos rendimentos das cotas seniores.

(c) A totalidade das cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores I ("Fundo") foi integralmente resgatada conforme

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

o seu vencimento, no dia 18 de março de 2024. Além disso, na Assembleia Geral de Cotistas do Fundo ocorrida em 20 de março de 2024, restou decidido que a Administradora procedeu com o resgate total das cotas subordinadas na mesma data e a liquidação do fundo, conforme o item 7. subitem (7.2.), da ata da Assembleia Geral de Cotistas, conforme publicações disponíveis na CVM.

Os direitos creditórios dos FIDCs são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno ("TIR") dos contratos, pelo critério "*pro rata temporis*". A taxa interna de retorno é calculada com base no valor de aquisição, valor de face e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

Todos os fundos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01 e pela Resolução CVM nº 175/22, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Estrutura e composição dos fundos

A estrutura de patrimônio dos FIDCs em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada a seguir:

31/12/2024				
	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC NP	48.891.764	1.582.358	1.582.358	-
FIDC Plus	2.688.829.828	11.034.600	10.409.848	624.752
FIDC Emissor II	4.984.950	5.237.729	667.416	4.570.313
Total	2.742.706.542	17.854.687	12.659.622	5.195.065

31/12/2023				
	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC NP	9.290.106	2.472.904	2.472.904	-
FIDC Plus	1.226.846.392	10.771.899	10.144.896	627.003
FIDC Emissor I	2.222.223	2.346.629	272.714	2.073.915
FIDC Emissor II	4.984.950	5.083.176	508.206	4.574.970
Total	1.243.343.671	20.674.608	13.398.720	7.275.888

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

7 Contas a receber operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber operacionais	97.780.427	93.509.519
Outros valores a receber	149.286	87.543
Total	97.929.713	93.597.062
Circulante	97.899.103	93.580.429
Não circulante	30.610	16.633

O Contas a receber operacionais corresponde ao fluxo de recebíveis decorrentes das transações realizadas com cartões feitas pelos portadores, já líquido das cessões.

8 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Exercício	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	2.312.709	3.350.810
Alíquotas vigentes - %	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(786.321)	(1.139.275)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	139.400	259.858
Benefício fiscal de P&D	24.281	5.150
Constituição Diferido Stelo	86.355	-
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	(6.437)	(8.077)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(542.722)	(882.344)
Correntes	(638.050)	(647.313)
Diferidos	95.328	(235.031)

b. Imposto de Renda e Contribuição Social – diferidos

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis. Os créditos estão classificados no ativo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito tributário.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos – ativo

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para riscos	108.571	108.100
Provisão para despesas diversas	341.822	294.053
Provisão para remuneração variável	78.560	96.749
Prejuízo fiscal e base negativa	587.237	519.635
Provisões para perdas	93.984	95.200
Total	1.210.174	1.113.737

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para riscos	108.100	757.549
Provisão para despesas diversas	294.053	329.255
Provisão para remuneração variável	96.749	85.962
Prejuízo fiscal e base negativa	519.635	61.834
Provisões para perdas	95.200	114.310
Total	<u>1.113.737</u>	<u>1.348.910</u>

Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações, perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e fraude serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. Os créditos sobre prejuízo fiscal com as Controladas serão realizados de acordo com a rentabilidade de cada empresa, não excedendo o prazo de 10 anos e os créditos sobre provisões para riscos, os quais dependem do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação às provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 15.

Segue a expectativa de realização do crédito tributário por exercício:

	<u>31/12/2024</u>
2025	598.035
2026	86.151
2027	117.351
2028	147.547
2029	155.290
2030 a 2034	105.800
Total	<u>1.210.174</u>

Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social, líquidos de antecipações	147.050	114.853
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	47.971	54.186
Imposto sobre Serviços – ISS	15.922	20.389
Programa de Integração Social - PIS	10.050	11.389
Outros tributos a recolher	36.434	35.136
Total	<u>257.427</u>	<u>235.953</u>

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

9 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação - %	31/12/2024			31/12/2023	
		Custo	Depreciação acumulada	Perda do valor contábil de ativos	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.798.293	(968.958)	(29.856)	799.479	723.099
Equipamentos de processamento de dados	20	218.570	(172.796)	-	45.774	65.919
Máquinas e equipamentos	10 - 20	7.446	(4.314)	-	3.132	2.213
Instalações	10	44.130	(24.954)	-	19.176	19.045
Móveis e utensílios	10	4.413	(1.964)	-	2.449	3.454
Veículos	20	4.179	(1.163)	-	3.016	3.009
Total		2.077.031	(1.174.149)	(29.856)	873.026	816.739

Segue a movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2023	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	31/12/2024
Equipamentos de captura de transações	723.099	412.076	(56.459)	(279.237)	799.479
Equipamentos de processamento de dados	65.919	11.016	(522)	(30.639)	45.774
Máquinas e equipamentos	2.213	1.769	(36)	(814)	3.132
Instalações	19.045	5.462	(1.406)	(3.925)	19.176
Móveis e utensílios	3.454	85	(768)	(322)	2.449
Veículos	3.009	801	(18)	(776)	3.016
Total	816.739	431.209	(59.209)	(315.713)	873.026

	31/12/2022	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	31/12/2023
Equipamentos de captura de transações	834.578	212.413	(16.285)	(307.607)	723.099
Equipamentos de processamento de dados	81.792	15.931	(25)	(31.779)	65.919
Máquinas e equipamentos	1.068	1.935	(83)	(707)	2.213
Instalações	29.280	360	(4.913)	(5.682)	19.045
Móveis e utensílios	3.965	116	(86)	(541)	3.454
Veículos	254	3.378	(126)	(497)	3.009
Total	950.937	234.133	(21.518)	(346.813)	816.739

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

10 Bens de direito de uso e arrendamentos a pagar

Segue a movimentação do ativo de bens de direito de uso, compostos por aluguéis de imóveis utilizados pelo período contratual, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	29.871
Adições	941
Amortização	(6.517)
Baixas	(2.576)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.719
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.719
Adições	1.349
Amortização	(5.888)
Baixas/Reversão	1.714
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.894

Segue a movimentação do passivo de arrendamento, constituído pelas obrigações devidas ao arrendador durante o prazo de utilização dos imóveis do passivo de arrendamento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	35.803
Registro de contratos de arrendamento a pagar	1.069
Encargos financeiros sobre arrendamento a pagar	(128)
Baixa de contratos de arrendamento a pagar	(2.856)
Pagamento de aluguel	(8.476)
Despesa financeira	1.488
Saldo em 31 de dezembro de 2023	26.900
Saldo em 31 de dezembro de 2023	26.900
Registro de contratos de arrendamento a pagar	257
Encargos financeiros sobre arrendamento a pagar	(24)
Baixa de contratos de arrendamento a pagar	2.044
Pagamento de aluguel	(7.202)
Despesa financeira	1.427
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.402
Circulante	5.896
Não circulante	17.506

Cronograma de vencimento dos arrendamentos:

Ano	
2025	7.101
2026	6.477
2027	6.477
2028	5.597
Acima de 5 anos	460
Total	26.112
Juros do Ajuste a Valor Presente	(2.710)
Passivo de Arrendamento	23.402

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

11 Intangível

	31/12/2024	31/12/2023
Ágio na aquisição de investimentos	25.966	25.966
Outros ativos intangíveis (a)	8.472.054	8.783.377
Total	8.498.020	8.809.343

a. Outros ativos intangíveis

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

	31/12/2024				31/12/2023	
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Perda do valor contábil de ativos	Líquido	Líquido
Direito de exploração - Arranjo de pagamento Ourocard (a)	3,33	11.572.000	(3.793.044)	-	7.778.956	8.164.688
Software (b)	20	1.853.004	(1.137.282)	(22.698)	693.024	618.215
Outros	08 - 20	74	-	-	74	474
Total		13.425.078	(4.930.326)	(22.698)	8.472.054	8.783.377

- (a) **Direito de exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard** - No âmbito do acordo de associação entre a Companhia e a BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil, em fevereiro de 2015, foram outorgados à Cateno os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagas do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard na qualidade de Instituição de Pagamento.
- (b) **Software** - Referem-se a softwares adquiridos de terceiros e desenvolvidos internamente, utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações de clientes.

Segue a movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2023	Adições	Baixas	Amortizações	31/12/2024
Direito de exploração - Arranjo Ourocard	8.164.688	-	-	(385.732)	7.778.956
Software	618.215	260.355	(3.370)	(182.176)	693.024
Outros	474	-	(400)	-	74
Total	8.783.377	260.355	(3.770)	(567.908)	8.472.054

	31/12/2022	Adições	Reversões	Amortizações	31/12/2023
Direito de exploração - Arranjo Ourocard	8.550.422	-	-	(385.734)	8.164.688
Software	520.337	270.790	7.218	(180.130)	618.215
Outros	474	-	-	-	474
Total	9.071.233	270.790	7.218	(565.864)	8.783.377

As despesas com depreciação do imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas "Despesas gerais e administrativas" e "Custo dos serviços prestados" na demonstração do resultado.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

12 Contas a pagar a clientes

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de Contas a pagar a clientes é de R\$ 81.842.095 (R\$ 75.480.752 em 31 de dezembro de 2023). Esse saldo corresponde aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Cielo e bancos.

Adicionalmente, a Companhia também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema o pagamento dos recursos das transações de cartões.

13 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures públicas (a)	7.604.166	3.102.639
Capital de giro (b)	-	4.605.717
Financiamento de P&D	-	22.575
Total	7.604.166	7.730.931
Circulante	3.105.827	4.732.526
Não circulante	4.498.339	2.998.405
Total	7.604.166	7.730.931

a. Debêntures Públicas

Em outubro de 2022, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública. A emissão foi realizada no montante de R\$ 3.000.000 com vencimento em 20 de setembro de 2025. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados no CDI + 1,20%, com pagamentos semestrais. Não existem cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Públicas.

Em dezembro de 2024, a Companhia realizou a 7ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública. A emissão foi realizada no montante de R\$ 4.500.000 com vencimento em 17 de dezembro de 2027. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados no CDI + 0,54%, com pagamentos semestrais. Não existem cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Públicas.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

b. Capital de giro

Em 2024, a Companhia realizou captações de recursos para capital de giro por meio de linhas de crédito via CCB (Cédula de Crédito Bancário) e outras linhas de crédito de curto prazo no montante de R\$ 17.666.002, que foram integralmente liquidadas até 31 de dezembro de 2024.

Segue a movimentação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.643.071
Novas captações	11.840.000
Pagamento de principal	(10.599.681)
Juros provisionados e encargos apropriados	913.328
Juros pagos	(1.067.338)
Amortização de custos de emissão de dívidas	1.551
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.730.931

Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.730.931
Novas captações	22.166.002
Pagamento de principal	(22.288.558)
Juros provisionados e encargos apropriados	480.622
Juros pagos	(483.405)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(2.518)
Amortização de custos de emissão de dívidas	1.092
Saldo Em 31 de dezembro de 2024	7.604.166

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante

Ano de vencimento	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	3.000.000
2027	4.500.000	-
Total de empréstimos e financiamentos	4.500.000	3.000.000
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(1.661)	(1.595)
Total	4.498.339	2.998.405

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

14 Outras obrigações

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante:		
Provisão para gastos operacionais (a)	466.100	401.200
Programa de participação nos resultados - PPR	233.742	225.759
Provisões sobre folha de pagamento	137.486	90.049
Outros valores a pagar	66.957	50.640
Total	904.285	767.648
Passivo não circulante:		
Provisões sobre folha de pagamento	11.286	57.571
Outros valores a pagar	3.184	7.699
Total	14.470	65.270

(a) O saldo de provisão para gastos operacionais é composto por *fees* com parceiros comerciais, além de gastos relacionados à operação da Companhia.

15 Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo Cielo, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e em sua experiência referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, como segue:

	31/12/2023	Adições	Baixas/ reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31/12/2024
Tributárias (a)	249.223	51.014	(41.736)	(2.427)	-	256.074
Trabalhistas (b)	47.716	27.862	(16.058)	5.204	(25.924)	38.800
Cíveis (c)	29.290	56.282	(16.690)	5.177	(53.902)	20.157
Total	326.229	135.158	(74.484)	7.954	(79.826)	315.031

	31/12/2022	Adições	Baixas/ reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31/12/2023
Total	2.239.392	180.410	(2.057.037)	40.545	(77.081)	326.229

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo Cielo mantém depósitos judiciais, cujos saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributários (a)	36.575	37.202
Trabalhistas (b)	30.457	15.103
Cíveis (c)	22.270	18.436
Total	89.302	70.741

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(a) Processos tributários

A Companhia discute em juízo divergências de interpretação quanto à aplicação da legislação tributária, materializadas em autos de infração, bem como a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Entre as teses que compõem a provisão para riscos tributários da Companhia, destaca-se a seguinte:

- **PIS/COFINS – exclusão do ISSQN** – A Companhia impetrou Mandado de Segurança com liminar deferida em junho/2017, afastando a incidência do ISSQN da base de cálculo do PIS e da COFINS. Após a apreciação de agravo de instrumento interposto pela União Federal, sobreveio sentença confirmando os termos da liminar em janeiro/2018. Após interposição de recursos por parte da União Federal, o processo encontra-se suspenso de julgamento do Tribunal Regional da 3ª Região até que se conclua o julgamento do Recurso Extraordinário nº 592.616/RS, submetido ao rito de repercussão geral em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

(b) Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas propostas por ex-colaboradores do Grupo Cielo e de seus fornecedores. Em geral, nessas ações são discutidos temas como a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

(c) Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Companhia que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época.

Passivos contingentes classificados como perda possível

	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	2.013.967	1.849.330
Trabalhistas	333.065	249.652
Cíveis	518.291	518.476
Total	2.865.323	2.617.458

A Companhia é parte em processos discutidos na esfera administrativa que, pela natureza de sua discussão e entendimento jurisprudencial sobre a matéria, não apresentam classificação do risco de perda como provável. As principais discussões estão elencadas abaixo:

- **Contribuição Previdenciária** – Exigência de Contribuição Previdenciária sobre valores distribuídos aos colaboradores a título de participação nos resultados

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

da Companhia e das opções de compra de ações ("Plano de ações restritas"), referente aos anos de 2015 a 2020 no montante de R\$ 313.218; e

- **IRPJ/CSLL** – Exigência de IRPJ/CSLL sobre valores supostamente excluídos de maneira indevida, a título de juros sobre o capital próprio, da apuração do lucro real nos anos de 2015 a 2018, no montante de R\$ 941.249.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 5.700.000 representado por 2.668.174.120 (2.716.815.061 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias todas subscritas e integralizadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2024 é de 2.668.168.278 (2.697.679.603 ações em 31 de dezembro de 2023).

O capital social da Companhia pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

b. Reserva de capital

Representa os saldos relacionados à remuneração baseada em ações e ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 10.646 (R\$ 62.205 em 31 de dezembro de 2023).

c. Ações em tesouraria

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Ações	Valor	Custo médio R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(19.135.458)	(94.989)	4,96
Exercício de Ações Restritas:			
Janeiro	16.558	82	4,96
Fevereiro	4.917.625	24.411	4,96
Março	8.588	43	4,96
Maio	69.550	345	4,96
Junho	81.413	404	4,96
Julho	954.881	4.740	4,96
Agosto	13.077.826	64.918	4,96
Setembro	3.175	16	4,96
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(5.842)	(30)	4,96

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

d. Outros resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira do investimento no exterior e ganhos atuariais com benefícios pós-emprego. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	31/12/2024	31/12/2023
Variação cambial sobre investimento no exterior	1.052.216	1.051.313
Resultado com instrumentos sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(556.907)	(556.907)
Ganhos atuariais com benefício pós-emprego, líquido	5.365	2.983
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	(1.370)	-
Total	499.304	497.389

e. Reserva de lucros – legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido para cálculo da reserva legal corresponde àquele apresentado de acordo com o plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) emitido pelo BACEN. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 1.140.000, sendo que o limite de constituição de 20% foi atingido em outubro de 2020.

f. Reserva de lucros – orçamento de capital

A reserva de orçamento de capital totaliza o montante de R\$ 1.899.521 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 4.976.754 em 31 de dezembro de 2023).

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e a respectiva proposta de orçamento de capital para o ano de 2025 serão apreciadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada em abril de 2025.

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social assegura a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de, ao menos, 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício. Ainda, em conformidade com as Leis nº 9.430/96 e nº 9.249/95, artigo 9, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de juros sobre o capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Companhia

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos acionistas.

Em reunião do Conselho de Administração em 05 de fevereiro de 2024, foi aprovado o pagamento dos juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 410.000, que foram pagos em 30 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração, em 30 de setembro de 2024, foi aprovada a constituição dos dividendos intermediários no montante de R\$ 3.820.000, que inclui os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2024, e serão pagos até 31 de dezembro de 2025.

h. Capital regulatório

A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu enquadramento, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos.

A gestão de capital é definida com o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia.

A Resolução BCB nº 198/22 determina que as instituições de pagamentos devem manter, permanentemente, montante de (PRip) - Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento, em valor superior ao requerimento mínimo de 8% em 2023, 10% em 2024 e 12% em 2025. O patrimônio mínimo requerido é destinado à cobertura dos riscos associados:

I - Aos serviços de pagamento prestados; e

II - Às demais atividades exercidas.

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio de referência é de R\$ 6.121.673 (R\$ 11.982.573 em 31 dezembro de 2023). Este valor é superior ao patrimônio mínimo requerido de R\$ 2.843.850 (R\$ 1.801.418 em 31 dezembro de 2023).

i. Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido entre práticas contábeis IFRS e COSIF

Apresentamos a reconciliação entre as práticas contábeis COSIF e IFRS do patrimônio líquido e do resultado consolidado em comparação ao exercício findo

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldos em COSIF	17.211.373	22.308.302	1.769.543	2.468.163
Participação de terceiros em Fundos de Investimento (a)	(5.265.192)	(7.345.997)	-	-
Outros (b)	22.991	22.547	444	303
Saldos em IFRS	11.969.172	14.984.852	1.769.987	2.468.466

(a) Participações de terceiros em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e em Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento (FICs), anteriormente apresentadas no passivo circulante e não circulante, conforme Instrução Normativa BCB nº 272/22 (Instrução Normativa BCB nº 430/23 a partir de 01 de janeiro de 2025) passaram a ser registradas diretamente no patrimônio líquido, especificamente na rubrica de “acionistas não controladores” em COSIF.

(b) Composto por: i) ágio de controlada não amortizado, de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios; e ii) contratos de aluguéis prediais e lojas, registrados como ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no balanço patrimonial e amortizados de acordo com o período de duração dos contratos conforme o CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

17 Lucro líquido por ação

Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas

Ações em 31 de dezembro de 2023	2.697.679.603
Exercício de Ações Restritas:	
Janeiro	16.558
Fevereiro	4.917.625
Março	8.588
Maio	69.550
Junho	81.413
Julho	954.881
Agosto	13.077.826
Setembro	3.175
Cancelamento de ações – Setembro	(48.640.941)
Ações em 31 de dezembro de 2024	2.668.168.278

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Lucro por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações (desconsideradas as mantidas em tesouraria) com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico

	Exercício	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	1.439.262	2.087.137
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	2.723.990	2.692.203
Lucro por ação (em R\$) – básico	0,52837	0,77525

Lucro por ação diluído

	Exercício	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	1.439.262	2.087.137
Denominador diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	2.723.990	2.692.203
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de ações	-	18.100
Total (em milhares)	2.723.990	2.710.303
Lucro por ação (em R\$) – diluído	0,52837	0,77008

18 Receita líquida

	Exercício	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta	11.613.024	12.013.125
Impostos sobre a receita	(1.317.775)	(1.412.020)
Total	10.295.249	10.601.105

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard e do aluguel de equipamentos de captura.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

19 Gastos por natureza

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Exercício	
	31/12/2024	31/12/2023
Gastos com aquisição	(5.082.182)	(4.828.795)
Gastos com pessoal	(1.784.145)	(1.419.058)
Depreciações e amortizações	(889.509)	(919.194)
Vendas, marketing e afiliação de clientes	(349.410)	(296.744)
Serviços profissionais	(331.776)	(271.186)
Diversos, líquido	148.725	639.335
Total	(8.288.297)	(7.095.642)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(5.888.284)	(5.609.449)
Pessoal	(1.517.401)	(1.226.272)
Gerais e administrativas	(441.927)	(358.627)
Vendas e marketing	(192.022)	(140.242)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(248.663)	238.948
Total	(8.288.297)	(7.095.642)

Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa com captura e processamento de operações, de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes e serviços de telecomunicações.

Abaixo demonstramos as outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	Exercício	
	31/12/2024	31/12/2023
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(184.736)	(164.725)
Gastos com riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquidos	(79.892)	(33.299)
Provisão, reversão e perda de imobilizado	(60.075)	(3.440)
Outras	76.040	440.412
Total	(248.663)	238.948

As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa são representadas principalmente por contas a receber de aluguel de equipamentos de captura, às perdas com fraude decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais e demais perdas operacionais.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

20 Compromissos

Com base nos contratos vigentes, o Grupo Cielo possui compromissos futuros estimados (itens não registrados no balanço patrimonial):

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	466.451	520.248
De 1 a 5 anos	327.369	208.275
Total	793.820	728.523

21 Benefícios a empregados

	Exercício	
	31/12/2024	31/12/2023
Previdência complementar (a)	18.186	14.020
Outros benefícios (b)	250.766	195.131
Total	268.952	209.151

- (a) Contribuição mensal com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, reconhecidas em gastos com pessoal.
- (b) Correspondem a seguro saúde, assistência odontológica, vale refeição, seguro de vida, de acidentes pessoais e outros. Além disso, a Companhia possui um Programa de Educação Corporativa, que inclui ações de desenvolvimento dos colaboradores. As ações descritas são reconhecidas em gastos com pessoal.

Benefícios pós-emprego

O Grupo Cielo possui um passivo atuarial decorrente de benefícios pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 11.286 (R\$ 12.399 em 31 de dezembro de 2023).

As taxas utilizadas no período foram: taxa de desconto nominal de 6,7% a.a., com índice de inflação de 4,0% a.a., gerando uma rotatividade esperada de 17,0% a.a. e aposentadoria aos 60 anos. No Patrimônio Líquido o saldo registrado em outros resultados abrangentes é de R\$ 5.365 (R\$ 2.983 em 31 de dezembro de 2023).

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

22 Participação de colaboradores e administradores no resultado

O Grupo Cielo concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 233.742 no consolidado, respectivamente (R\$ 225.759 para o mesmo período de 2023).

23 Remuneração de Administradores e Conselho Fiscal

A Administração da Cielo inclui os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e diretores estatutários.

Seguem as despesas registradas no resultado da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Exercício					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Fixa	Outros	Total	Fixa	Outros	Total
Diretores estatutários	13.312	24.288	37.600	13.105	16.803	29.908
Conselho de administração e fiscal	7.842	-	7.842	6.082	-	6.082
Total	21.154	24.288	45.442	19.187	16.803	35.990

O saldo de “outros” corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, líquido de impostos, e não contempla: (i) planos de incentivos de longo prazo, apresentado na nota explicativa nº 24; e (ii) os outros benefícios já apresentados na nota explicativa nº 21.

A remuneração global anual dos Administradores e Conselho Fiscal aprovada em assembleia realizada em 30 de abril de 2024, é de R\$ 88.151 líquido de encargos, sendo: (i) R\$ 954 para o Conselho Fiscal; e (ii) R\$ 87.197 para os Administradores.

24 Incentivo de longo prazo

São planos de remuneração liquidados em dinheiro, implementados com o objetivo de estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhar os interesses dos acionistas aos de administradores e empregados, bem como possibilitar que a Companhia atraia e mantenha o vínculo de seus administradores e empregados.

Todos os diretores estatutários e empregados elegíveis aos planos estão sujeitos à

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

aprovação do Conselho de Administração.

Em 2024, foram reconhecidos no resultado incentivos de longo prazo no montante de R\$ 95.358 (R\$ 34.138 em 2023).

25 Resultado financeiro

	Exercício	
	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	212.291	328.564
Outras receitas financeiras	19.912	14.628
PIS e Cofins	(7.947)	(11.214)
Total	224.256	331.978
Despesas financeiras:		
Juros e encargos sobre empréstimos	(480.622)	(913.328)
Participação de terceiros em FIDCs	(684.266)	(1.018.261)
Atualização monetária de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(7.954)	(40.545)
Outras despesas financeiras	(128.916)	(52.868)
Total	(1.301.758)	(2.025.002)
Rendimento:		
Aquisição de recebíveis	1.403.696	1.566.704
Total	1.403.696	1.566.704
Variação cambial	(20.437)	(28.333)
Total	305.757	(154.653)

26 Gestão de riscos

A Cielo possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Resolução BCB nº 198/22.

(a) Estrutura e Governança de Gerenciamento de Riscos

A Cielo mantém estrutura e governança de gerenciamento de riscos independentes, preservando e respeitando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e processos de identificação, avaliação, monitoramento e reporte de riscos e um Código de Conduta Ética que estabelece os padrões de conduta esperados de Administradores (membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva), membros do Conselho Fiscal, colaboradores, estagiários e jovens aprendizes, para as sociedades Controladas, acionistas, investidores, fornecedores e demais públicos com os quais a Cielo se relaciona.

A estrutura de gerenciamento de riscos mantém processos para o registro de

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

eventos de riscos, que exige que tais eventos, materializados ou não, tenham planos de ação, com prazos e responsáveis; manutenção do inventário de riscos corporativos e avaliação periódica destes; mapeamento de riscos e testes de controles executados pela área de Controles Internos; monitoramento de transações, em busca de suspeitas de fraude, entre outros.

(b) Gestão de Risco de Crédito

A Cielo possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras, clientes e parceiros comerciais. O gerenciamento desse risco é realizado de acordo com a natureza e porte das operações e dos produtos.

(b.1) Risco de Crédito da Contraparte - Risco Emissor

O nível de risco ao qual a Cielo está exposta depende dos volumes transacionados por emissor e o modelo de risco/garantia adotado pela bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores e aos credenciadores, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão, conforme modelo interno.

Para os arranjos de pagamento não garantidos pelo instituidor do arranjo, a Cielo solicita garantias aos emissores de cartão, quando permitido pelo instituidor do arranjo, nos volumes que considera necessários para a cobertura da sua exposição ao risco de crédito.

(b.2) Risco de Crédito com Participantes do Arranjo de Pagamentos ou Subcredenciadores

A Cielo adota procedimentos de análise de risco e controle que impedem que os Subcredenciadores possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Cielo. Ademais, a Cielo pode, conforme análise de risco realizada, solicitar garantias a eles.

(b.3) Risco de Crédito no recebimento de produtos e serviços prestados para Clientes

Os produtos e serviços prestados pela Cielo são cobrados de seus clientes mediante compensação nas suas agendas financeiras ou boleto bancário, quando há estimativa de perda uma provisão é constituída.

(b.4) Risco de Crédito de Clientes - *Chargeback* e Vendas Diferidas

Caso a Cielo não consiga compensar os valores dos *chargebacks* diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial, independentemente do motivo, ou por meio de outra forma de cobrança, como o boleto, o ônus financeiro sobre tais *chargebacks* recai sobre a Cielo. Para gerenciar a exposição a este risco, a Cielo monitora periodicamente o comportamento transacional e a saúde financeira destes clientes, com especial atenção para clientes que fazem a entrega do

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

produto ou serviço em momento posterior àquele da autorização da operação (vendas diferidas).

(c) **Gestão de Riscos Operacionais**

A Cielo possui riscos decorrentes de sua operação. Para os referidos riscos, a Cielo adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos de ação para a sua mitigação, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, à Resolução BCB nº 198/22 e à Resolução BCB nº 260/22.

(d) **Gestão de Risco de Capital**

A Cielo mantém patrimônio mínimo requerido, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, em valor superior ao requerimento mínimo de 10%, destinado a cobrir os riscos associados aos serviços de pagamento prestados e às demais atividades exercidas, apurado diariamente (vide nota explicativa nº 16). Não há requerimento de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo Cielo.

(e) **Gestão de Risco de Liquidez**

A Cielo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Nesse contexto, o Risco de Liquidez é avaliado diariamente, utilizando as métricas definidas no Plano de Contingência, que incluem projeções de fluxo de caixa e a mensuração do caixa mínimo necessário. Além disso, semestralmente, é realizado teste de estresse de liquidez com o objetivo de mensurar o nível de exposição ao risco de liquidez da Cielo e sua capacidade de solvência.

(f) **Gestão de Risco de Mercado**

É gerenciado por meio do cálculo do VaR (*Value at Risk*) das posições financeiras da Cielo, avaliações de impacto de cenários de reajuste nos indicadores atrelados aos instrumentos financeiros passivos, acompanhamento da *duration* e atualização da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos.

(f.1) **Risco de Taxa de Câmbio**

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Grupo Cielo.

A Cielo faz transações em moeda estrangeira, reflexo das transações realizadas por

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil (a transação efetuada entre portador e estabelecimento comercial é feita em moeda nacional, porém a liquidação efetuada pelo emissor à Cielo é feita em moeda estrangeira). A Cielo dispõe de operações de proteção contra oscilação de moedas, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

(f.2) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Cielo está exposta principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta a sua conversão no fim de cada período de reporte para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria um aumento ou uma redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	31/12/2024			31/12/2023		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	566	1.414	2.828	2.920	7.299	14.599
Patrimônio Líquido	399	997	1.994	362	905	1.811

(f.3) Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo Cielo aplica os seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. O Grupo Cielo opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

(f.4) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos do Grupo Cielo são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: B3). Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução no resultado, conforme segue:

	31/12/2024			31/12/2023		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	(26.833)	(67.083)	(134.166)	(58.345)	(145.862)	(291.725)

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(g) Gestão de Risco de Lavagem de Dinheiro e do Financiamento ao Terrorismo

A Cielo adota procedimentos de avaliação interna, com o objetivo de identificar e mensurar o risco de utilização de seus produtos e serviços e realização de negócios na prática da lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo, em consonância com a legislação nacional e regras dos arranjos de pagamentos aos quais faz parte, conforme atribuições definidas em normativos internos.

(h) Gestão de Risco de Conformidade

A análise do risco de conformidade é realizada por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

Este risco pode ser identificado no decorrer das atividades diárias, monitorado pelas áreas de negócio e suporte, pela equipe de *Compliance*, pela área de Controles Internos, por todas as áreas da empresa por meio do registro de ocorrências de riscos, durante a avaliação de produtos e serviços, no monitoramento das perdas operacionais e pela equipe de Auditoria Interna. Essas ações visam assegurar a conformidade da empresa aos instrumentos normativos internos, às modificações no ambiente regulatório externo e às regras estabelecidas pelos instituidores de arranjo de pagamento ("bandeiras").

(i) Gestão de Risco Social, Ambiental e Climático

A Cielo mapeia e gerencia os aspectos e impactos sociais, ambientais e climáticos de seus processos, operações, produtos e serviços, incluindo colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros, buscando atingir os objetivos descritos na política de sustentabilidade e no código de conduta ética. Esses riscos são analisados por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

(j) Gestão de Risco de Reputação

Decorre da percepção negativa sobre a Cielo por parte de clientes, parceiros, fornecedores, acionistas, controladas, mídia, influenciadores sociais, investidores, reguladores etc. Este risco pode se materializar em decorrência da materialização de outros eventos de riscos.

O processo de gestão do risco reputacional envolve: identificação por todas as áreas da empresa, avaliação e mensuração das perdas operacionais, resposta e monitoramento do risco reputacional, e acompanhamento diário dos indicadores de risco reputacional com reportes mensais compartilhados e reportes semestrais para a Administração.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(k) **Gestão de Risco de Estratégico**

A análise do risco estratégico é realizada por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

O risco de estratégia pode ser oriundo de: mudanças na demanda e preferências dos estabelecimentos comerciais, mudança legal e normativa, pressão competitiva, incluindo a entrada de novos concorrentes, alterações nos segmentos prioritários, mudanças tecnológicas, novas tendências de mercado, aquisição, fusão e demais operações societárias de empresas, alteração dos membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração e pressão das partes interessadas para que a Cielo realize, deixe de realizar ou altere a forma como realiza determinada atividade.

A área de riscos, com o apoio das áreas responsáveis pela (i) gestão da estratégia, (ii) gestão da sustentabilidade e (iii) gestão da continuidade do negócio, identifica os riscos emergentes e estratégicos que podem influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos da Cielo ou que possam afetar de maneira adversa os demais riscos corporativos da Cielo.

(l) **Gestão de Riscos Emergentes**

Os principais riscos emergentes identificados pela Cielo são aqueles que levam à possível desintermediação dos produtos de adquirência, no longo prazo, ou que afetem de modo relevante a continuidade e a segurança dos seus negócios.

A Cielo possui um processo para identificar, monitorar e reportar riscos emergentes, baseando-se em *benchmarks* e boas práticas de mercado.

(m) **Gestão de Riscos Cibernéticos**

Por estar inserida no meio digital, a Cielo está susceptível a riscos cibernéticos, havendo a probabilidade de ocorrer um evento adverso que pode comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade de informações críticas, sistemas e infraestrutura de tecnologia da informação.

Em função disso, adotamos uma Política de Segurança da Informação em conformidade com a Resolução BCB nº 85/2021, de modo a controlar e mitigar os riscos oriundos a ameaças digitais às quais o negócio está exposto.

27 **Transações e saldos com partes relacionadas**

O Grupo Cielo, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. O Grupo Cielo acredita que em todos os contratos

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado. As partes relacionadas são compostas por Bradesco e Banco do Brasil.

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, discriminados por modalidade de contrato das operações com partes relacionadas em que o Grupo Cielo participa, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos		
Disponibilidades e instrumentos financeiros (a)	279.085	380.268
Contas a receber operacionais (b)	24.841.986	25.124.705
Contas a receber com partes relacionadas (c)	1.038.744	921.146
(Passivos)		
Empréstimos e financiamentos	(2.048)	(3.194.012)
Contas a pagar referente serviço de intermediação, captação e manutenção de clientes (e)	(26.627)	(27.902)
Contas a pagar com partes relacionadas (c)	(496.125)	(464.250)
	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Receitas de aplicações financeiras (a)	30.854	84.059
Receitas de prestação de outros serviços (f)	16.360	12.493
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	21.161	32.516
Outras receitas (i)	72.014	-
(Despesas):		
Despesas financeiras (d)	(114.755)	(490.344)
Despesas com benefícios (h)	(167.161)	(131.469)
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (c)	(42.356)	(42.557)
Serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes (e)	(157.389)	(156.503)
Outras despesas operacionais	(528)	(590)

- Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras em bancos ligados.
- Os valores a receber referem-se substancialmente aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores Banco do Brasil e Bradesco decorrentes das transações realizadas com cartões.
- Os valores a receber se referem substancialmente aos montantes que devem ser liquidados pelo emissor Banco do Brasil à Cateno, decorrentes das transações realizadas com cartões. Os saldos de contas a pagar se referem à prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento no Arranjo de Pagamento Ourocard, bem como a saldos de dividendos a pagar.
- Correspondem a captação de recursos para capital de giro por meio de uma linha de crédito via CCB (Cédula de Crédito Bancário) e empréstimos junto aos bancos acionistas.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

- e) Correspondem aos serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes com o objetivo de incrementar o volume de vendas composto por transações realizadas com cartões capturadas e processadas pela Cielo. Em contrapartida à prestação dos serviços, os bancos fazem jus à remuneração de 10 pontos-base sobre o volume elegível. O volume elegível, incluindo o montante capturado somente em transações domésticas, não inclui transações nas quais a Cielo presta serviços de VAN (*Value Added Network*) e leva em consideração critério de rentabilidade mínima de cada estabelecimento.
- f) Corresponde à disponibilização de acesso ao sistema antifraude para o monitoramento pelo Bradesco de transações realizadas com cartões por ele emitidos, bem como a cobrança do serviço de exibição de QR Codes e de recebimento Pix e os respectivos status da transação nos meios de captura Cielo.
- g) Correspondente à locação de equipamento de captura de transações junto ao Banco do Brasil e Bradesco, que sublocam os equipamentos para os seus clientes.
- h) Benefícios contratados com o Banco do Brasil e Bradesco (seguro de vida coletivo empresarial, seguros hospitalar e odontológico e contrato de previdência complementar).
- i) Corresponde ao ressarcimento de gastos pelo Banco do Brasil à controlada Cateno.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, o Grupo Cielo mantém outros contratos de prestação de serviços contratados com os principais parceiros, a saber:

- Participação de credenciadora nos Arranjos de Pagamento Elo
- Serviços de utilização da rede credenciada Cielo ("*Value Added Network* – VAN" e prestador de serviço de rede "PSR")
- Serviços de "*cash management*"
- Seguros contratados
- Cartão de crédito corporativo e de benefícios
- Serviços de pagamento a fornecedores
- Concessão de pontos nível
- Serviços de representação junto à Nuclea
- Escrituração de ações da Companhia
- Serviços operacionais - programa de emissão de ações
- Serviços de escrituração e gestão de títulos e valores mobiliários

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

- Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados
- Credenciamento ao sistema Cielo
- Incentivo ao desenvolvimento e atualização tecnológica
- Serviços de gestão transacional
- Cessão de recebíveis

28 Informações por segmento de negócio

O Grupo Cielo detém dois tipos de negócios: (i) prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e de débito, outros meios de pagamentos, credenciamento de estabelecimentos comerciais e serviços correlatos; e (ii) gestão de transações oriundas das operações de cartões de crédito e de débito, dentre elas a emissão de cartões, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos à gestão de contas de pagamentos.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Companhia possui operações realizadas no Brasil e nos Estados Unidos da América, por meio de sua Controlada Cielo USA.

O quadro abaixo reflete as aberturas das demonstrações do resultado em: Cielo Brasil (empresas Controladas, diretamente ligadas a operação da Cielo), que consolidam as operações das empresas Cielo, Servinet, Aliança, FIDCs e Stelo. As operações da controlada Cateno são referenciadas por "Gestão de contas de pagamento" e "demais empresas" correspondem ao resultado da Controlada Cielo USA.

	Exercício							
	31/12/2024				31/12/2023			
	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado
Receita operacional líquida	5.882.825	4.412.424	-	10.295.249	6.418.706	4.182.399	-	10.601.105
Custo dos serviços prestados	(2.747.745)	(2.263.400)	-	(5.011.145)	(2.784.529)	(1.920.885)	-	(4.705.414)
Depreciação e amortização	(491.230)	(385.909)	-	(877.139)	(517.810)	(386.225)	-	(904.035)
Lucro Bruto	2.643.850	1.763.115	-	4.406.965	3.116.367	1.875.289	-	4.991.656
Despesas operacionais	(2.221.985)	(163.765)	(1.892)	(2.387.642)	(1.419.489)	(49.468)	(2.077)	(1.471.034)
Depreciação e amortização	(11.091)	(1.280)	-	(12.371)	(13.217)	(1.942)	-	(15.159)
Lucro Operacional	410.774	1.598.070	(1.892)	2.006.952	1.683.661	1.823.879	(2.077)	3.505.463
Resultado financeiro	228.155	76.248	1.354	305.757	(260.602)	104.380	1.569	(154.653)
Lucro antes dos impostos	638.929	1.674.318	(538)	2.312.709	1.423.059	1.928.259	(508)	3.350.810
Imposto de Renda e Contribuição Social	29.180	(571.902)	-	(542.722)	(225.185)	(657.159)	-	(882.344)
Lucro líquido	668.109	1.102.416	(538)	1.769.987	1.197.874	1.271.100	(508)	2.468.466
Atribuído a:								
Acionistas controladores	668.109	771.691	(538)	1.439.262	1.197.874	889.771	(508)	2.087.137
Acionistas não controladores	-	330.725	-	330.725	-	381.329	-	381.329

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

A seguir estão demonstrados os saldos patrimoniais por segmento em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado
Total do saldo patrimonial em 31/12/2024	102.841.786	9.801.823	3.984	112.647.593
Total do saldo patrimonial em 31/12/2023	98.077.217	9.701.363	3.620	107.782.200

29 Itens que não afetam o caixa

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de investimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa da Companhia. No quadro abaixo estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos provisionados	3.820.000	-
Benefício pós-emprego	2.382	1.688
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	(1.370)	-
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	903	(314)
Juros sobre o capital próprio propostos	-	179.388

30 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil geral	20.000
Seguro D&O	250.000
Bens e ativos	40.683
Ataque Cibernético	25.000
Armazenagem de máquinas, móveis e utensílios	48.061
Transporte de máquinas e equipamentos	2.500
Frota de veículos	3.047

31 Aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 26 de fevereiro de 2025.

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Os Srs. membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis Consolidadas Anuais, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB (“Demonstrações Contábeis 2024 em IFRS”), e Relatório da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, por unanimidade, opinaram favoravelmente, concluindo que os documentos examinados, à luz das práticas contábeis, refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia, estando em condição de serem apreciados e deliberados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Barueri, 26 de fevereiro de 2025.

ANALaura NEVES DE MORAIS GONTIJO

CRISTIANE DO AMARAL MENDONÇA

GISELE BARBOSA PESSOA

HERCULANO ANÍBAL ALVES

MARCOS APARECIDO GALENDE

Presidente do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento,

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as propostas da Administração a serem encaminhadas à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia acerca: **(a)** da destinação do lucro líquido da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“Exercício de 2024”); e **(b)** do orçamento de capital para o exercício de 2025, por unanimidade, opinaram favoravelmente acerca das propostas ora apresentadas, estando as referidas em condições de serem apreciadas e deliberadas pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, nos termos abaixo descritos:

“(a) A destinação do lucro líquido da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“Exercício de 2024”), no montante de R\$ 1.438.837.662,45 (um bilhão, quatrocentos e trinta e oito milhões, oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), a ser retido integralmente com base em orçamento de capital, nos termos abaixo descritos no item (b).

Não haverá destinação de lucro para a distribuição de dividendos, uma vez que os dividendos mínimos obrigatórios (“Proventos”), que totalizariam R\$ 431.651.298,74 (quatrocentos e trinta e um milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos), já estão inclusos no montante dos dividendos intermediários de R\$3.820.000,00 (três bilhões e oitocentos e vinte mil reais), aprovados na reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de setembro de 2024.

Não haverá destinação de lucro à reserva legal neste exercício social, tendo em vista que o valor que constitui tal reserva já atingiu o seu limite, correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e do item (i) do artigo 28 de seu Estatuto Social.

(b) Para o orçamento de capital para o exercício social de 2025, a retenção do montante de R\$ 1.438.837.662,45 (um bilhão, quatrocentos e trinta e oito milhões, oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) do lucro líquido do Exercício de 2024, que somado ao valor remanescente da reserva de lucros – orçamento de capital existente, totalizará R\$ 2.540.211.836,47 (dois bilhões, quinhentos e quarenta milhões, duzentos e onze mil, oitocentos e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos).

O montante retido com base no orçamento de capital terá como finalidade, principalmente, o fortalecimento do caixa da Companhia para fazer frente às necessidades de capital de giro, conferindo assim maior robustez e estabilidade financeira, com vistas a viabilizar: (i) a expansão dos produtos de prazo projetada para o exercício social de 2025; e (ii) os investimentos em tecnologia e demais insumos necessários ao desenvolvimento das atividades da Companhia, incluindo aquisição de equipamentos de captura.

O prazo de duração do orçamento de capital, caso seja aprovado, será até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, estando a presente proposta de destinação refletida nas demonstrações contábeis elaboradas pela Administração, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente.

Barueri, 26 de fevereiro de 2025.

ANALAURA NEVES DE MORAIS GONTIJO

CRISTIANE DO AMARAL MENDONÇA

GISELE BARBOSA PESSOA

HERCULANO ANÍBAL ALVES

MARCOS APARECIDO GALENDE
Presidente do Conselho Fiscal

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

Em observância às disposições constantes na Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria Executiva declara que reviu, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") ("Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2024 - IFRS").

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes na Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria Executiva declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia ("IFRS"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 ("Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2024 - IFRS"), sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA O ORÇAMENTO DO CAPITAL

Prezados Acionistas,

O Conselho de Administração da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), para fins do disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, bem como em observância ao Estatuto Social da Companhia, submeterá à apreciação de Vossas Senhorias, na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até abril de 2025, a seguinte proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2025 (“Orçamento de Capital”):

(a) retenção do montante de R\$ 1.438.837.662,45 (um bilhão, quatrocentos e trinta e oito milhões, oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) do lucro líquido do exercício de 2024, o qual será adicionado ao valor remanescente da reserva de lucros existente.

O montante retido com base no orçamento de capital terá como finalidade, principalmente, o fortalecimento do caixa da Companhia para fazer frente às necessidades de capital de giro, conferindo assim maior robustez e estabilidade financeira, com vistas a viabilizar (i) a expansão dos produtos de prazo projetada para o ano fiscal de 2025 e (ii) os investimentos em tecnologia e demais insumos necessários ao desenvolvimento das atividades da Companhia, incluindo aquisição de equipamentos de captura.

O prazo de duração do Orçamento de Capital, caso seja aprovado, será até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, estando a presente proposta de destinação refletida nas demonstrações financeiras elaboradas pela administração, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente.

Barueri, 26 de fevereiro de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CIELO S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO



Relatório Anual do
Comitê de Auditoria
Janeiro/2025

Relatório Anual do Comitê de Auditoria – Exercício Social de 2024

1. Sobre o Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria Executiva e demais profissionais da Companhia.

Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovado em 14 de dezembro de 2022 ("Regimento Interno"), o Comitê é composto por, no mínimo, 03 (três) membros efetivos, com mandato unificado de 02 (dois) anos e permitida a reeleição, sendo que, pelo menos 01 (um) deles deverá ser membro independente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê. Atualmente, o Comitê é composto por 04 (quatro) membros, eleitos pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 29 de maio de 2024 e 18 de setembro de 2024, com mandato unificado até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404/1976 referentes ao exercício social de 2024.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas pela Administração, auditoria interna, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta, ou em trabalhos e atividades demandados pelo Comitê.

Nos termos do Regimento Interno, o Comitê reúne-se trimestralmente em sessões ordinárias. Durante o exercício social de 2024, o Comitê realizou 05 (cinco) sessões ordinárias e 11 (onze) sessões extraordinárias, reunindo-se com as áreas de controles internos, riscos, auditoria interna, contabilidade, auditores independentes, além de diretores e executivos de outras áreas da Companhia.

É importante destacar que os membros do Comitê, em todas as reuniões, se reuniram com o líder da auditoria interna da Companhia, bem como em 05 (cinco) reuniões com os auditores independentes. Ainda, reuniram-se em 02 (duas) reuniões de trabalho, para discussões e esclarecimentos acerca de assuntos de interesse do Comitê.

A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês e, anualmente, é feita uma abrangente apresentação ao Conselho de Administração sobre os principais temas tratados pelo Comitê, o plano de trabalho da auditoria interna e uma visão abrangente sobre as denúncias registradas no Canal de Ética.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício social de 2024, cabe destacar os temas, de maneira não exaustiva, que foram objetos de análise, discussão e recomendação, conforme competência do Comitê, além das contribuições realizadas pelos membros durante as discussões, a saber: **(a)** contratação da auditoria independente na prestação de serviços de auditoria: (i) das demonstrações contábeis anuais e semestrais e emissão dos respectivos relatórios; (ii) da revisão das informações contábeis intermediárias; e (iii) da revisão eletrônica da escrituração Contábil Fiscal - ECF, para a Companhia e suas controladas, Servinet Serviços Ltda. ("Servinet"), Stelo S.A. ("Stelo") e Aliança Pagamentos e Participações Ltda., no exercício de 2024; **(b)** relatório da administração e das demonstrações contábeis: (i) anuais individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"); (ii) anuais consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório contábil ("IFRS") emitidas pelo *International*

Accounting Standards Board (“IASB”); e (iii) semestrais individuais e consolidadas referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen; **(c)** demonstrações contábeis intermediárias: (i) individuais e consolidadas da Companhia referentes aos trimestres de 2024, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen; e (ii) consolidadas da Companhia referentes aos trimestres de 2024 elaboradas de acordo com as normas IFRS, emitidas pelo IASB; **(d)** relatórios dos Auditores Independentes sobre: (i) as demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao semestre e ao exercício findos em 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen; (ii) as demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as normas IFRS emitidas pelo IASB; (iii) a revisão de informações trimestrais - ITR sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes aos trimestres de 2024 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen; e (iv) a revisão de informações trimestrais - ITR sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas referentes aos trimestres de 2024, preparadas de acordo com as normas IFRS, emitidas pelo IASB; (v) trabalho de reconciliação de contas transitórias da Companhia; **(e)** ofícios e/ou comunicações de órgãos reguladores recebidos pela Companhia e das respostas apresentadas; **(f)** relatório anual da auditoria interna referente ao exercício social de 2023; **(g)** plano de trabalho anual da auditoria interna (“Plano Anual Auditoria – 2024”) para o exercício de 2024, bem como os respectivos ajustes realizados no referido plano durante o 1º semestre de 2024; **(h)** *status* do Plano Anual Auditoria – 2024 e principais ocorrências de 2024; **(i)** *status* dos planos de ação decorrentes dos resultados dos trabalhos realizados no âmbito do Plano Anual Auditoria – 2024; **(j)** análise e discussão dos resultados dos trabalhos realizados pela auditoria interna acerca dos seguintes assuntos: (i) Regras de Comunicação de Rede; (ii) Gerenciamento dos Riscos de TI; (iii) Certificação de Riscos Altos; (iv) Captura de Transações; (v) Migração de extrato AWS; (vi) Agência de Viagens Digital; (vii) Registro de Recebíveis Cielo I Resolução BCB nº 264; (viii) Operação *Cloud*; (ix) Registro de Recebíveis Braspag I Resolução BCB nº 264; (x) Configuração de Ativos de TI; (xi) Homologação de Desenvolvimento de Soluções; (xii) Antecipação de Recebíveis I ARV Braspag; (xiii) Respostas aos incidentes de Segurança da Informação; (xiv) Governança dos controles PCI; (xv) Gestão de API; (xvi) Migração de Extrato para *Cloud*; (xvii) Processo de *chargeback* (contestação de transação); (xviii) Gestão de Ativos – Soluções de Captura (equipamentos POS e PINPAD); (xix) Certificação dos planos de ação de risco alto do 1º quadrimestre/2024; (xx) processo de incidentes de TI; (xxi) Canais Remotos; (xxii) Governança de dados; (xxiii) Administração contábil (lançamentos manuais); (xxiv) ID digital; (xxv) Avaliação de *hardening*; (xxvi) Avaliação de segurança do *active directory*; (xxvii) Captura integrada – fase 1; (xxviii) Cadastro único; (xxix) Gestão de fraudes transacional; (xxx) FUP quadrimestral; **(k)** Acompanhamento do plano de implementação da Resolução BCB nº 352/2023 e aprovação do modelo de negócio; **(l)** Denúncias recebidas através do Canal de Ética, bem como o *status* dos respectivos processos de apuração e as medidas disciplinares aplicadas para os relatos procedentes; **(m)** reporte trimestral sobre os principais incidentes de segurança; **(n)** relatório anual sobre a implementação dos planos de ação e de resposta a incidentes para o cumprimento da política de segurança da informação e cibernética da Companhia, nos termos da Circular Bacen nº 85/2021; **(o)** relatório semestral da Ouvidoria da Companhia referente ao 2º semestre de 2024; **(p)** contingências/provisões judiciais trabalhistas, cíveis e tributárias e riscos não materializados; **(q)** Sistema de Avaliação de Riscos e Controles (“SRC”) - planos de ação sobre os riscos e oportunidades de melhoria identificados; **(r)** relatório de avaliação de efetividade dos processos e controles da Companhia, conforme disposto na Circular nº 3.978/2020 do Bacen, bem como o acompanhamento das ações declaradas no relatório; **(s)** relatórios trimestrais de prevenção a fraudes; **(t)** relatório anual de sistemas de controles internos, em observância à Resolução BCB nº 260/2022; **(u)** Plano Diretor de Privacidade e Proteção de Dados I 2024; **(v)** eleição do Coordenador do Comitê; **(x)** proposta de ajustes ao orçamento da Auditoria Interna e Comitê de Auditoria e proposta de orçamento da Auditoria Interna para 2025; e **(z)** proposta de plano de trabalho bienal da Auditoria Interna (2025 e 2026).

2. Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, Semestrais e Anuais e Demonstrações Contábeis Consolidadas Anuais referentes ao Exercício Social de 2024

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das: **(a)** demonstrações contábeis individuais e consolidadas Semestrais e Anuais, elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Bacen (“COSIF”) e normas e instruções da CVM e regulamentações complementares do Bacen, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração; e **(b)** demonstrações contábeis consolidadas anuais da Companhia, elaboradas de acordo com as IFRSs, emitidas pelo IASB, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração e, tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o exercício social de 2024. Diante do exame e da análise efetuada, os membros do Comitê recomendam, por unanimidade, a aprovação das referidas demonstrações contábeis pelo Conselho de Administração da Companhia.

Barueri, 30 de janeiro de 2025.

Paulo Henrique Andolhe

Coordenador do Comitê de Auditoria

Ângela Beatriz de Assis

Membro do Comitê de Auditoria

Antonio Gustavo Matos do Vale

Membro do Comitê de Auditoria

Jorge Andrade Costa

Membro do Comitê de Auditoria